



Prefeitura de São Francisco do Guaporé
Procuradoria Geral do Município
Um Novo Tempo, Uma Nova História



NOTA TÉCNICA - COMISSÃO ORGANIZADORA E AVALIADORA
Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 001/2026

A Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 49/2026 e Edital nº 001/2026, no uso de suas atribuições legais e nos termos do item 12.2 do edital, que confere à Comissão a prerrogativa de analisar, validar e verificar a veracidade e idoneidade da documentação apresentada pelos candidatos, emite a presente Nota Técnica com a finalidade de esclarecer e uniformizar os critérios de análise dos cursos de aperfeiçoamento e capacitação apresentados, observando os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, moralidade administrativa, boa-fé e finalidade pública.

1. DA DATA DE REALIZAÇÃO DOS CURSOS

Para fins de pontuação na análise curricular, serão considerados exclusivamente os cursos efetivamente realizados até a data de publicação do Edital nº 001/2026. Cursos iniciados ou concluídos após a publicação do edital não serão pontuados, por não integrarem o acervo formativo do candidato no momento da abertura do certame.

2. DA COMPATIBILIDADE ENTRE CARGA HORÁRIA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A Comissão procederá à análise da compatibilidade entre a carga horária declarada e o período de realização do curso, inclusive nos casos de cursos realizados na modalidade de ensino a distância (EAD). Não serão pontuados cursos cuja carga horária seja manifestamente incompatível com o período de realização informado, tais como cursos realizados ou concluídos em curto espaço de tempo ou com datas de início e término coincidentes, por afronta aos princípios da razoabilidade e da finalidade do título apresentado.

3. DA DATA DE CERTIFICAÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DO CURSO

Para fins de validação do título, será considerada a data de realização do curso, e não apenas a data de emissão do certificado. A Comissão poderá verificar, dentre outros elementos:

- a) o período de realização do curso;
- b) a carga horária total declarada;
- c) a instituição emissora;
- d) a coerência e consistência das informações apresentadas.

Certificados que não apresentem de forma clara o período de realização e a carga horária ou que contenham informações inconsistentes, não serão pontuados.

4. DA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO E DAS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CERTIFICAÇÃO

O candidato é inteiramente responsável pela veracidade, autenticidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados no âmbito do Processo Seletivo Simplificado, nos termos da legislação vigente e do Edital nº 001/2026. A apresentação de certificados que contenham, dentre outras situações:

- a) informações falsas ou materialmente inverídicas;
- b) declaração de realização de curso não efetivamente cursado ou concluído;
- c) indícios de obtenção irregular do certificado;
- d) elementos que indiquem simulação de participação em cursos de rápida execução, sem efetivo aproveitamento pedagógico compatível com a carga horária declarada;

poderá caracterizar irregularidade ou declaração falsa, a ser apurada pela Comissão Organizadora e Avaliadora, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa, da razoabilidade e da boa-fé administrativa.

Constatada a irregularidade, conforme a gravidade do caso e os elementos apurados, o candidato poderá sujeitar-se, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes consequências:

- a) indeferimento da pontuação do respectivo título;
- b) eliminação do processo seletivo, quando evidenciada má-fé;
- c) responsabilização administrativa, civil e penal, na forma da legislação aplicável.

A Comissão poderá, sempre que necessário, proceder à verificação da autenticidade e da idoneidade dos certificados apresentados, inclusive mediante diligência junto às instituições emissoras, sendo os indícios objetivos de irregularidade passíveis de verificação exemplificados no item 5 desta Nota Técnica.

5. DOS INDÍCIOS OBJETIVOS DE IRREGULARIDADE NA CERTIFICAÇÃO

Para fins de análise da idoneidade dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento apresentados, a Comissão poderá considerar como indícios objetivos de irregularidade, dentre outros:

I - certificados oriundos de cursos que não demonstrem controle de frequência, permanência mínima ou participação efetiva do candidato, inclusive na modalidade de ensino a distância (EAD);

II - cursos cuja metodologia permita a conclusão integral em curto espaço de tempo, com liberação simultânea de conteúdos e avaliações imediatas, sem exigência de acompanhamento contínuo ou aproveitamento pedagógico compatível com a carga horária declarada;

III - certificados genéricos, que não contenham de forma clara:

- a) o período de realização do curso;
- b) a carga horária compatível;
- c) o conteúdo programático;
- d) a identificação individual do aluno;

IV - ausência de registros que permitam a verificação da participação efetiva do candidato nos sistemas da instituição emissora, quando esta for formalmente instada a prestar esclarecimentos.

A constatação de tais indícios autoriza o indeferimento da pontuação do título, sem prejuízo da adoção das demais medidas previstas nesta Nota Técnica e no Edital nº 001/2026.

6. DO CARÁTER INTERPRETATIVO DESTA NOTA

A presente Nota Técnica possui caráter exclusivamente interpretativo e orientador, não criando, alterando ou inovando regras previstas no Edital nº 001/2026, destinando-se a assegurar a isonomia entre os candidatos, a lisura do certame e a segurança jurídica dos atos da Comissão.

São Francisco do Guaporé - RO, 03 de janeiro de 2026.

Comissão Organizadora e Avaliadora

Selma Rosa de Almeida
Presidente

Wallas Matias de Souza
Membro

Valnir Gonçalves de Azevedo
Membro - Procurador

Silmara Aparecida Simões
Membro

Marisa Borges de Souza
Membro



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA
BRASILÂNDIA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 3/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2411/2025

Ampla participação

Órgão: Município de Nova Brasilândia D'Oeste, RO; **Objeto:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BA-SICA, por meio do procedimento de Ata Registro de Preços na modalidade Pregão Eletrônico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.; **Valor estimado:** R\$ 432.593,85 (quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos); **Data da sessão:** 23 de fevereiro de 2026 às 09h (Horário de Brasília); **Local de realização do certame:** www.licitanet.com.br; **Do edital:** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site supracitado no site da Prefeitura www.novabrasilandia.ro.gov.br - "Transparência Municipal" e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> Portal Nacional de Contratações Públicas; **Informações:** Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3418-2239 ou no e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 04/02/2026.

Melissa de Cássia Barbieri
Pregoeira - Port. 306/GP/2025



MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PODER EXECUTIVO
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

- a) Processo Nº: 243/2026
- b) Licitação Nº: 7/2026
- c) Modalidade: Inexigibilidade:
- d) Data Homologação: 30/01/2026
- e) Objeto Homologado:

Credenciamento de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais para prestação dos seguintes serviços: Manutenção e instalação de ar-condicionado; Jardinagem; Pintura; Serviços de pedreiro; Serviços de eletricitas; Serviços de vidraceiro; Costureiro(a) de roupas; Chaveiro; Preparadora de salgadeiras (salgadeira independente); Serviço publicitário com veículo automotor; Marcenaria; Limpeza de fornos, gesso, laje e correlatos; Limpeza de caixa-d'água; Serviços de limpador de fossos; Dedetização; Motorista de veículos pesados; Operador de máquinas; Digitador/Digitalizador; Serviços de sonorização e iluminação, visando atender às necessidades das Secretarias e Autarquia Municipal.

12.361.0010.2.042 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB 40%

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 62.622.755 REINALDO PISSINATTI CARVALHO
CNPJ/CPF: 62.622.755/0001-85

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Prestação de serviços de Pedreiros	150	R\$ 35,00	R\$ 5.250,00

Valor Total Homologado - R\$ 5.250,00

Pregoeiro

Nova Brasilândia DOeste, 30 de janeiro de 2026.

CLODOLDO ALVES PEDROSO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE TEIXEIRÓPOLIS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO.

PROCESSO Nº00043.03.01.2026

A Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis/RO, torna pública a Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 74, inciso I da Lei 14.133/2021, conforme as informações a seguir:
Objeto: Contratação direta por inexigibilidade de licitação para fornecimento de energia elétrica.

Contratada: Energisa Rondônia- Distribuidora de Energia S.A (Energisa RO) CNPJ: 05.914.650/0001-66

Valor: R\$ 25.668,24 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos)
A justificativa para a Inexigibilidade de licitação encontra-se devidamente fundamentada nos autos do processo conforme parecer da procuradoria jurídica Naadja Camyla Alves Corte OAB/RO 12.138.

Teixeiraópolis/RO 28 de janeiro de 2026.

Osmy Toledo de Souza
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis



J. W. PESCADOS DA AMAZONIA LTDA, e,
CLERIA FERREIRA ALVES

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimada a empresa J. W. PESCADOS DA AMAZONIA LTDA e a Sra. CLERIA FERREIRA ALVES, das datas designadas para realização dos leilões do imóvel descrito abaixo que serão realizados:

PRIMEIRA VENDA: 16 de fevereiro de 2026 às 10h00min, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.357.479,09 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais e nove centavos).

Advertências:

- 1) O arrematante pagará, no ato do leilão, o valor da arrematação e o valor da comissão do leiloeiro, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor. O valor da comissão do leiloeiro não compõe o valor do lance ofertado. A forma de pagamento aceita será somente à vista.
- 2) Caso o executado pague a dívida após a publicação do edital, o exequente cobrará 2% sobre o valor da dívida referente honorários da leiloeira.

DESCRIÇÃO DO BEM:

Lote 50, Gleba 05, loteamento denominado "Área de Chácaras", na Via Colibri, Ariquemes/RO, com área de 0,6848 há. Matrícula 25640 perante o 1º Ofício de Ariquemes/RO. Possui área cercada e 3 residências, totalizando 220 m² de construção padrão baixo. Imóvel possui ótima localização, é atendido por rede de energia elétrica, próximo Postos Combustíveis, Comércio em geral.

A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.

HAVENDO ARREMATANTE NO PRIMEIRO LEILÃO FICA AUTOMATICAMENTE CANCELADO O SEGUNDO.

Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 26 de fevereiro de 2026 às 10h00min, no mesmo local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 678.739,54 (seiscentos e setenta e oito mil e setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).

FAZ SABER que o LEILÃO será realizado de modo eletrônico através do site www.lancevip.com.br, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafo, Outras informações pelos Tel.: (69) 99900-9299.

Buritis/RO, 02 de fevereiro de 2026

SICOOB AMAZÔNIA

Sicob.com.br

Av. Ayrton Senna, nº 1109, Setor 01, CEP: 76.880-000 - Buritis - RO
Tel. 69 3238-3561



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

TERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS
-------------	--------------	-----------	------------

DO OBJETO: COBRIR DESPESA COM FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DAS SEGUINTES LOCALIDADES: SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE AGRICULTURA E TURISMO E BARRACÃO DA FEIRA COBERTA

SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo - SEMMAAGRIT

DA CONTRATADA: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
CNPJ: 05.914.650/0001-66

DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 13.885,08 (Treze Mil e Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais e Oito Centavos.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Despesa com pagamento de Energia Elétrica, para sede da SEMMAAGRIT, situada à Av. Castelo Branco nº2258, em Mirante da Serra RO, código nº20/2096586-9 em favor da Empresa: Energisa Centrais Elétricas de Rondônia, CNPJ:05.914.650/0001-66.	MÊS	12	1.029,06	12.348,72
2	Despesa com pagamento de Energia Elétrica, para sede da FEIRA MUNICIPAL, situada na Rua Marechal Rondon nº128, código nº20/2288751-7 em favor da Empresa: Energisa Centrais Elétricas de Rondônia, CNPJ: 05.914.650/0001-66.	MÊS	12	128,03	1.536,36
Total					13.885,08

DO FUNDAMENTO LEGAL

Inexigibilidade de licitação prevista no inciso I, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: Faz-se necessário a contratação de empresa especializada na prestação de serviço com fornecimento de energia elétrica energias-centrais de rondônia, motivo este que trata de uso contínuo, essencial para, quanto à manutenção em geral, e para que possamos atender a Secretaria e a Feira Municipal de forma adequada, oferecendo aos nossos funcionários e a população do nosso Município um ambiente e agradável.

DESPACHO FINAL

Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.


Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEM DOBELIN
Agente de Contratação
Port. 7614/2025
(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE

PODER EXECUTIVO

DECRETO MUNICIPAL Nº 2136/2026

"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS NO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE,

Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os feriados nacionais, estaduais, municipais e pontos facultativos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no exercício de 2026, conforme o Anexo Único deste Decreto.

§ 1º Nos feriados nacionais, estaduais e municipais não haverá expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

§ 2º Os pontos facultativos serão observados pelos órgãos municipais, exceto nos serviços essenciais e nas unidades que, por sua natureza, exijam funcionamento ininterrupto.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades municipais garantir a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais nos feriados e pontos facultativos estabelecidos neste Decreto.

Art. 3º O Anexo Único deste Decreto apresenta o cronograma de feriados e pontos facultativos de 2026 no Município de Nova Brasilândia D'Oeste.

Art. 4º Fica transferido o ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2026 (quarta-feira), Dia do Servidor Público, para o dia 30 de outubro de 2026 (sexta-feira).

Parágrafo único. Na quarta-feira, 28 de outubro de 2026, haverá expediente normal nos órgãos municipais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 03 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO

PREFEITO

ANEXO ÚNICO

MÊS	DIA	SEMANA	TIPO	DESCRIÇÃO
JANEIRO	1º	QUINTA-FEIRA	NACIONAL	Confraternização Universal e instalação do município de Nova Brasilândia D'Oeste

	2	SEXTA-FEIRA	MUNICIPAL	Ponto facultativo
	4	DOMINGO	ESTADUAL	Instalação do estado de Rondônia

FEVEREIRO	16	SEGUNDA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Carnaval
	17	TERÇA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Carnaval
	18	QUARTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Quarta-Feira de Cinzas

ABRIL	2	QUINTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Semana Santa
	3	SEXTA-FEIRA	NACIONAL	Paixão de Cristo
	20	SEGUNDA-FEIRA	MUNICIPAL	Ponto facultativo
	21	TERÇA-FEIRA	NACIONAL	Dia de Tiradentes

MAIO	1º	SEXTA-FEIRA	NACIONAL	Dia Mundial do Trabalho
------	----	-------------	----------	-------------------------


JUNHO	4	QUINTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Corpus Christi
	5	SEXTA-FEIRA	MUNICIPAL	Ponto facultativo
	19	SEXTA-FEIRA	MUNICIPAL	Criação do Município de Nova Brasilândia D'Oeste

SETEMBRO	7	SEGUNDA-FEIRA	NACIONAL	Independência do Brasil
----------	---	---------------	----------	-------------------------


OUTUBRO	12	SEGUNDA-FEIRA	NACIONAL	Padroeira do Brasil - Nossa Senhora de Aparecida
	30	SEXTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Dia do Servidor Público (Art. 4º)

NOVEMBRO	2	SEGUNDA-FEIRA	NACIONAL	Finados
	15	DOMINGO	NACIONAL	Proclamação da República
	20	SEXTA-FEIRA	NACIONAL	Dia Nacional de Zumbi e Consciência Negra

DEZEMBRO	24	QUINTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Véspera de Natal
	25	SEXTA-FEIRA	NACIONAL	Natal
	31	QUINTA-FEIRA	PONTO FACULTATIVO	Véspera de Ano Novo



Protocolo de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi autenticado digitalmente por CLODOALDO ALVES PEDROSO (CPF: 688.891.462-89), em 04/02/2026 - 09:13, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e no pelo link: <https://registro.transparencia.rioopen.com.br/documento-do-decreto/autenticado/20260204-0913>



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE SANTA LUZIA D' OESTE

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 01/2.026.


PROCESSO 0000033.12.01-2026.

A Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste-RO, torna público chamada publica nº 01/2026. Objeto: Aquisição de peixe tambaqui (vivo) da Agricultura Familiar. No valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 24 de fevereiro de 2026 às 09 horas, (horário local), na sala da Secretaria de Compras e Licitações localizada na Rua Sete de Setembro, nº 2370 sede da Prefeitura Municipal. Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos email: cpl@santaluzia.ro.gov.br Portal da Transparência desta Prefeitura (<https://transparencia.santaluzia.ro.gov.br/>).

Santa Luzia D Oeste – RO, 04 de fevereiro de 2026.

EDONIAS PIRES PEREIRA

Secretário SMCL



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE SANTA LUZIA D' OESTE

AVISO de Licitação – PE 05/2.026. Edital 08/2026

- Processo Nº: 0000034.12.01-2026

A Prefeitura de Santa Luzia D'Oeste-RO, torna público licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços funerários, em via de licitação por sistema de registro de preço para atender a continuidade na prestação dos serviços as famílias vulneráveis enlutadas do município, seguindo as vigências das normas de assistência social. No Valor total de R\$ 82.499,90 (oitenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Abertura da Sessão 25/02/2026 - Horário: 09:00hrs (Horário de Brasília). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal da Transparência desta Prefeitura (<https://transparencia.santaluzia.ro.gov.br/>), e na Plataforma LICITANET (www.licitanet.com.br). Para mais informações, as mesmas poderão ser obtidas no endereço eletrônicos cpl@santaluzia.ro.gov.br e no Fone – 69 9 8485 0017.

Santa Luzia D Oeste – RO, 04 de fevereiro de 2026.

EDONIAS PIRES PEREIRA

Secretário SMCL



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

TERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS
-------------	--------------	-----------	------------

DO OBJETO: Contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica de forma contínua para atender a deman da garagem, cemitério, irrigação de ruas, secretaria, centro de reciclagem, setores pertencentes à Secretat Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

DA CONTRATADA: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
CNPJ: 05.914.650/0001-66

DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 12.996,24 (Doze mil novecentos e noventa e seis reais e vinte e quat centavos.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Despesa com pagamento de Energia Elétrica para garagem, cemitério e irrigação de ruas, secretaria e centro de reciclagem em favor da Empresa: ENERGISA – Centrais Elétricas de Rondônia.	mês	12	1.083,02	12.996,24
Total					12.996,24

DO FUNDAMENTO LEGAL
Inexigibilidade de licitação prevista no inciso I, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: Faz se necessário para dar atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pe cobrir despesas com pagamento das faturas de energia, que é de responsabilidade desta secretaria.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrati vem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **inexigibili dade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 02 de fevereiro de 2026

CARLOS WILHEN DOBELIN

Agente de Contratação

Port. 7614/2025

(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

TERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS
-------------	--------------	-----------	------------

DO OBJETO: COBRIR DESPESAS COM PAGAMENTO DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP, SENDO ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA-RO

SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

DA CONTRATADA: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
CNPJ: 05.914.650/0001-66

DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO
O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 431.438,64 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil e Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	DESPESA COM FATURAS DE ENERGIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	mês	12	7.589,75	91.077,00
2	DESPESA COM FATURAS DE ENERGIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COSIP.	mês	9	37.817,96	340.361,64
Total					431.438,64

DO FUNDAMENTO LEGAL
Inexigibilidade de licitação prevista no inciso I, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: -Faz se necessário para dar atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para cobrir despesas com pagamento das faturas da Iluminação Pública, que é de responsabilidade desta secretaria. Ao sermos comunicados através da ENERGISA, onde as referidas despesas irão ser pagas por esta Secretaria.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **inexigibili dade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEN DOBELIN

Agente de Contratação

Port. 7614/2025

(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

(Assinado Eletronicamente)



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL

DE SANTA LUZIA D' OESTE

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 0000052.07.01-2026.

O Município de Santa Luzia D'Oeste, por intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Licitações, através do Agente de Contratação Kéven Gonçalves Silva nomeado pela portaria nº 199/2023 de 11 de julho de 2023, levam ao conhecimento dos interessados que realizará Dispensa de Licitação Eletrônica, com critériode julgamento de menor preço unitário, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do decreto 28/2023 e demais legislação aplicável.

A **SESSÃO PÚBLICA** será realizada, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro da Secretaria Municipal de Administração, denominado (a) Agente de Contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET

- licitações on-line www.licitanet.com.br

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de serragem de madeiras em tóras e aproveitamento, para atender as necessidades deste município, transformando tóras em pranchas que serão utilizadas na reforma da arquibancada do estádio municipal.

Valor: R\$ 17.820,00 (dezesete mil oitocentos e vinte reais).

DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: A partir da publicação;
Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br
Do encerramento do recebimento das propostas: 09 de feve-reiro de 2026 às 08:59 horas (Horário de Brasília - DF);
Início da sessão de disputa de preços: 09 de fevereiro de 2026 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF).
Fim da sessão de disputa de preços: 09 de fevereiro de 2026 às 15:00 horas (Horário de Brasília - DF).

Santa Luzia Doeste Ro, 04 de fevereiro de 2026.

Edonias Pires Pereira

Secretário de Compras e licitações

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNOTERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS		
DO OBJETO: COBRIR DESPESA COM FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA PELA EMPRESA CAERD COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, COM PAGAMENTO DE FATURAS DE FATURA DA LOCALIDADE: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NARCÍSIO FERREIRA E UNIDADE MISTA SAMUEL MARQUES DOS SANTOS), SENDO QUE A DESPESA É DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.					
SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU					
DA CONTRATADA: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDONIA - CAERD CNPJ: 05.914.254/0001-39					
DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 9.674,08 (Nove Mil e Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Oito Centavos.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	O presente Projeto Básico visa cobrir despesa com fornecimento de água tratada pela empresa CAERD COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, com pagamento de faturas de fatura da localidade: (Unidade Básica de Saúde Narcísio Ferreira e Unidade Mista Samuel Marques dos Santos), sendo que a despesa é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.	MÊS	12	806,17	9.674,08
Total					9.674,08

DO FUNDAMENTO LEGAL.
Inexigibilidade de licitação prevista no inciso I, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: Faz-se necessário a contratação de empresa para prestação de serviços de água tratada para funcionamento da Unidade Básica e Unidade Mista de Saúde para o desenvolvimento de suas atividades.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEN DOBELIN
Agente de Contratação
Port. 7614/2025
(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNOTERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS		
DO OBJETO: DESPESA COM PAGAMENTO DE TARIFAS BANCARIAS DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.					
SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS					
DA CONTRATADA: BANCO DO BRASIL SA CNPJ: 00.000.000/4346-04					
DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 1.800,00 (Um Mil e Oitocentos Reais.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Despesa com pagamento de tarifas bancárias das contas do Fundo Municipal da Assistência Social.	MÊS	12	150,00	1.800,00
Total					1.800,00

DO FUNDAMENTO LEGAL.
Dispensa de Licitação prevista no inciso IX, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de garantir que os pagamentos efetuados a partir das contas bancárias em instituição financeira, efetuadas a partir das contas vinculadas à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social / Fundo Municipal de Assistência Social sejam devidamente baixadas junto a Coordenadoria de Contabilidade.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEN DOBELIN
Agente de Contratação
Port. 7614/2025
(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA DOESTE

Estado do RONDÔNIA
Exercício: 2026

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ARP

Extrato do 1º Termo de Prorrogação da Ata de Registro de Preço nº 01/2025, decorrente do pregão eletrônico nº 27/2024, que tem por objeto a formação de registro de preços visando a aquisição de material de consumo (GÊNERO ALIMENTÍCIO) para atender as necessidades das secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE** e a empresa **COMERCIAL DE ALIMENTOS HC LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 84.625.557/0001-08, as quais prorrogam a Ata de Registro de Preço nº 01/2025/PMNBO/RO para mais 12 (doze) meses, com novo término em 06/02/2027, mantendo-se o valor estimado registrado, na importância de R\$ 1.866.175,74 (um milhão e oitocentos e sessenta e seis mil e cento e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme quantitativos previstos na Ata. A prorrogação da Ata de Registro de Preços revela-se medida administrativa adequada, proporcional e necessária, por assegurar continuidade do serviço público, pronta resposta às demandas de manutenção, mitigação de riscos operacionais e manutenção de condições econômicas mais favoráveis, devidamente comprovadas no processo administrativo nº 406/2024.

Fundamentação Legal: Art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

Nova Brasília D'Oeste, 04 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA DOESTE

Estado do RONDÔNIA
Exercício: 2026

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE ARP

Extrato do 1º Termo de Prorrogação da Ata de Registro de Preço nº 03/2025, decorrente do pregão eletrônico nº 27/2024, que tem por objeto a formação de registro de preços visando a aquisição de material de consumo (GÊNERO ALIMENTÍCIO) para atender as necessidades das secretarias municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILANDIA D'OESTE** e a empresa **LICITA MAIS HOFFMANN LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 50.202.063/0001-07, as quais prorrogam a Ata de Registro de Preço nº 03/2025/PMNBO/RO para mais 12 (doze) meses, com novo término em 06/02/2027, mantendo-se o valor estimado registrado, na importância de R\$ 16.874,55 (dezesseis mil e oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), conforme quantitativos previstos na Ata. A prorrogação da Ata de Registro de Preços revela-se medida administrativa adequada, proporcional e necessária, por assegurar continuidade do serviço público, pronta resposta às demandas de manutenção, mitigação de riscos operacionais e manutenção de condições econômicas mais favoráveis, devidamente comprovadas no processo administrativo nº 406/2024.

Fundamentação Legal: Art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

Nova Brasília D'Oeste, 04 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
PREFEITO

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNOTERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS		
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM PAGAMENTOS DE TAXAS BANCÁRIAS, DAS CONTAS PERTENCENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, QUE SE TRATA DE DESPESAS CONTINUADAS COM DÉBITOS AUTOMÁTICOS.					
SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU					
DA CONTRATADA: BANCO DO BRASIL SA CNPJ: 00.000.000/4346-04					
DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO: O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Despesa com Contratação de Instituição Financeira, para realização de serviços com pagamentos de taxas bancárias, das contas pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, que trata-se de despesas continuadas com débitos automáticos.	MÊS	12	750,00	9.000,00
Total					9.000,00

DO FUNDAMENTO LEGAL.
Dispensa de Licitação prevista no inciso IX, do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: A contratação se justifica pela necessidade de pagar as tarifas bancárias a cargo do município, com o objetivo de suprir a demanda nas dependências da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra e demais setores pertencentes a mesma.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **dispensa de licitação**, nos termos do art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEN DOBELIN
Agente de Contratação
Port. 7614/2025
(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNOTERMO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

() COMPRAS	(X) SERVIÇOS	() OBRAS	() OUTROS		
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026.					
SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Governo - SEMUG					
DA CONTRATADA: ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A CNPJ: 05.914.650/0001-66					
DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO O presente pagamento importa no Valor Total de R\$ 5.228,88 (Cinco Mil e Duzentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos.), referente à realização do serviço, com detalhamento descrito abaixo.					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
1	Despesa com pagamento de energia elétrica em favor de ENERGISA, para o exercício de 2026, para atendimento do Prédio onde abriga as instalações do Conselho Tutelar, localizado a Rua Princesa Isabel nº 2366, centro, nesta cidade, sob o código único nº 2428555-3.	MÊS	12	435,74	5.228,88

DO FUNDAMENTO LEGAL.
Inexigibilidade de licitação prevista no inciso I, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA: A contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica se inclui dentre as modalidades de serviços que são essenciais a continuidade dos serviços da administração municipal, inclusive para o funcionamento do Conselho Tutelar.

DESPACHO FINAL
Diante da análise dos autos, o **Agente de Contratação** atesta a regularidade formal e material do processo administrativo, bem como o pleno atendimento aos requisitos legais exigidos para a contratação direta, na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Em razão do exposto, **encaminha-se o processo à Autoridade Superior** para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Por sua vez, o **Ordenador de Despesas**, no uso de suas atribuições legais e à luz do disposto no **art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021**, **ratifica a inexigibilidade de licitação e autoriza a contratação**, conforme condições e valores constantes dos autos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Mirante da Serra/RO, 04 de fevereiro de 2026.

CARLOS WILHEN DOBELIN
Agente de Contratação
Port. 7614/2025
(Assinado Eletronicamente)

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Eletronicamente)



CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacaranda, 100
CEP: 76948-400
Castanheiras - Rondônia
CNPJ: 63.761.969/0001-03
contato@castanheiras.ro.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 026/GAB/2026 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DE LICENÇA E RETORNO DE SERVIDOR JONAS ANTONIO ÀS ATIVIDADES

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO** com fundamento no artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Castanheiras/RO.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor **Jonas Antônio**, matrícula nº **187**, ocupante do cargo de **Professor Pedagogo Classe C (20 horas)**;

CONSIDERANDO o disposto no **art. 73-C da Lei Municipal**, que prevê que "o servidor poderá desistir da licença a qualquer tempo,"

DECRETA:

Art. 1º Fica encerrada, a pedido, a Licença para Tratar de Interesse Particular concedida ao servidor **Jonas Antônio**, matrícula nº **187**, ocupante do cargo de **Professor Pedagogo Classe C (20 horas)**.

Art. 2º Fica determinado o **retorno do servidor às suas atividades funcionais em sala de aula**, a partir de **01 de fevereiro de 2026**.

Art. 3º O servidor deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Educação para definição de sua unidade de lotação.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos do dia 02 de fevereiro de 2.026.

Castanheiras/RO, 04 de Fevereiro de 2.026.

CICERO APARECIDO
GODOI:3254696328
7
Assinado de forma digital por CICERO APARECIDO
GODOI:32546963287
CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Descrição: Polpa de abacaxi - polpa de fruta natural integral congelada, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Odor: Intenso e característico de goiaba fresca, sem odores de fermentação ou oxidação. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro organismos. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações:

Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
78	950,00	UND	MAIS SABOR	MAIS SABOR	R\$ 6,99	R\$ 6.640.5000	R\$ 7,56	R\$ 7.182,00	7,5396 %	R\$ 541,50
Descrição: Polpa de acerola congelada, obtida a partir de frutos maduros, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Cor: Vermelha intensa a laranja, dependendo do grau de maturação dos frutos. Odor: Intenso e característico de acerola fresca, sem odores de fermentação ou oxidação. Sabor: Ácido e doce, típico da acerola, sem sabores estranhos. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18°C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro-organismos. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações: Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
79	485,00	UND	MAIS SABOR	MAIS SABOR	R\$ 7,20	R\$ 3.492.0000	R\$ 17,91	R\$ 8.686,35	59,7989 %	R\$ 5.194,35
Descrição: Polpa de goiaba - polpa de fruta natural integral congelada, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Odor: Intenso e característico de goiaba fresca, sem odores de fermentação ou oxidação. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18°C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro organismos. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações: Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
80	465,00	UND	MAIS SABOR	MAIS SABOR	R\$ 6,99	R\$ 3.250.3500	R\$ 7,99	R\$ 3.715,35	12,5156 %	R\$ 465,00
Descrição: Polpa de manga - polpa de fruta natural integral congelada, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Odor: Intenso e característico de manga fresca, sem odores de fermentação ou oxidação. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18°C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro organismos. Origem e Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações: Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
81	980,00	UND	MAIS SABOR	MAIS SABOR	R\$ 11,90	R\$ 11.662.0000	R\$ 14,90	R\$ 14.602,00	20,1342 %	R\$ 2.940,00
Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
Descrição: Polpa de maracujá - polpa de fruta natural integral congelada, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Odor: Intenso e característico do maracujá fresco, sem odores de fermentação ou oxidação. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18°C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro organismos. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações: Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
82	240,00	UND	MAIS SABOR	MAIS SABOR	R\$ 9,90	R\$ 2.376.0000	R\$ 14,00	R\$ 3.360,00	29,2857 %	R\$ 984,00
Descrição: Polpa de uva - polpa de fruta natural integral congelada, sem conservantes e aditivos. Características de Qualidade: Odor: Intenso e característico da uva fresca, sem odores de fermentação ou oxidação. Textura: Homogênea, sem cristais de gelo grandes ou sinais de descongelamento. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Polpa congelada em embalagens plásticas de 400g, seladas e rotuladas. Armazenamento: Congelada a -18°C ou inferior, para manter a qualidade e evitar a proliferação de micro-organismos. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor e local de origem. Certificações: Produto livre de resíduos de agrotóxicos e conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA para polpas de frutas.										
83	10.058,00	KG	MERCAND ELI	MERCAND ELI	R\$ 35,80	R\$ 360.076,4000	R\$ 40,45	R\$ 406.846,10	11,4956 %	R\$ 46.769,70
Descrição: COTA DE AMPLA CONCORRÊNCIA Queijo mussarela (ou muçarela), fresco ou semi-curado, produzido a partir de leite pasteurizado de vaca, com textura elástica e sabor suave. Características de Qualidade: Cor: Branco a amarelado claro uniforme, sem manchas escuras ou coloração artificial. Odor: Suave e característico de queijo fresco, sem odores rançosos, amoniacais ou fermentados. Sabor: Levemente salgado e cremoso, sem amargor ou acidez excessiva. Textura: Firme, elástica e homogênea, sem grumos, rachaduras ou separação de gordura. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Fatiás, embalado em filme plástico ou vácuo, com pesos de 1kg por unidade. Armazenamento: Refrigerado entre 2°C e 8°C, em local seco e ventilado; validade mínima de 30-60 dias após fabricação. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor, local de origem e registro no MAPA ou ANVISA. Certificações: Livre de contaminantes microbiológicos, com laudo de análise sanitária; conformidade com normas da ANVISA (RDC nº 12/2001) e MAPA para queijos.										
84	3.352,00	KG	MERCAND ELI	MERCAND ELI	R\$ 35,80	R\$ 120.001,6000	R\$ 40,45	R\$ 135.588,40	11,4956 %	R\$ 15.586,80
Descrição: COTA RESERVADA ME/EOP Queijo mussarela (ou muçarela), fresco ou semi-curado, produzido a partir de leite pasteurizado de vaca, com textura elástica e sabor suave. Características de Qualidade: Cor: Branco a amarelado claro uniforme, sem manchas escuras ou coloração artificial. Odor: Suave e característico de queijo fresco, sem odores rançosos, amoniacais ou fermentados. Sabor: Levemente salgado e cremoso, sem amargor ou acidez excessiva. Textura: Firme, elástica e homogênea, sem grumos, rachaduras ou separação de gordura. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Fatiás, embalado em filme plástico ou vácuo, com pesos de 1kg por unidade. Armazenamento: Refrigerado entre 2°C e 8°C, em local seco e ventilado; validade mínima de 30-60 dias após fabricação. Origem e Requisitos Sanitários: Identificação: Nome do produtor/fornecedor, local de origem e registro no MAPA ou ANVISA. Certificações: Livre de contaminantes microbiológicos, com laudo de análise sanitária; conformidade com normas da ANVISA (RDC nº 12/2001) e MAPA para queijos.										
85	1.250,00	UND	FRISKY	FRISKY	R\$ 6,20	R\$ 7.750.0000	R\$ 9,26	R\$ 11.575,00	33,0453 %	R\$ 3.825,00
Descrição: Refrigerante, embalagem de 2 litros, sabores variados										
89	315,00	KG	FRIATO	FRIATO	R\$ 8,79	R\$ 2.768.8500	R\$ 17,25	R\$ 5.433,75	49,0434 %	R\$ 2.664,90
Descrição: Salsicha de porco congelada - carne mecanicamente separada de ave, carne suína, água, gordura suína, proteína de soja, miúdos suínos, sal, amido, açúcar, alho, cebola, pimenta branca, pimenta calabresa, dentre outros.										
91	770,00	UND	TEODORO CHOCOLATES	TEODORO CHOCOLATES	R\$ 2,90	R\$ 2.233.0000	R\$ 3,10	R\$ 2.387,00	6,4516 %	R\$ 154,00
Descrição: Trufa 50 cacau, ao leite recheio Maracujá, aproximadamente 15 gr.										
92	680,00	UND	TEODORO CHOCOLATES	TEODORO CHOCOLATES	R\$ 2,90	R\$ 1.972.0000	R\$ 2,98	R\$ 2.026,40	2,6845 %	R\$ 54,40
Descrição: Trufa 50 cacau, ao leite recheio Cupuaçu, aproximadamente 15 gr.										
93	980,00	UND	TEODORO CHOCOLATES	TEODORO CHOCOLATES	R\$ 2,90	R\$ 2.842.0000	R\$ 2,98	R\$ 2.920,40	2,6845 %	R\$ 78,40
Descrição: Trufa 50 cacau, ao leite recheio Brigadeiro, aproximadamente 15 gr.										
94	830,00	UND	TEODORO CHOCOLATES	TEODORO CHOCOLATES	R\$ 3,90	R\$ 3.237.0000	R\$ 4,75	R\$ 3.942,50	17,8947 %	R\$ 705,50
Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
Descrição: Trufa 50 cacau, ao leite recheio Beijinho, aproximadamente 15 gr.										
95	560,00	UND	TEODORO CHOCOLATES	TEODORO CHOCOLATES	R\$ 3,90	R\$ 2.184.0000	R\$ 4,75	R\$ 2.660,00	17,8947 %	R\$ 476,00

Fornecedor : CASA DE CARNE BOI BRAVO LTDA - 61.939.668/0001-93

Descrição: Carne bovina, corte alcatra, apresentada em bifes, limpa, sem nervos, peles ou excesso de gordura, apresentada em cubos uniformes, proveniente de animais abatedores conforme sanitários do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Características Físico-Químicas e Organolépticas: Cor: Vermelho intenso e brilhante com pequenas áreas de gordura branca firme (máximo 5%). Odor: Típico de carne fresca, sem odor pútrido, azedo ou rançoso. Sabor: Característico de carne bovina, suave, sem gosto metálico ou de gordura oxidada. Textura: Firme, elástica e úmida, com contornos regulares; fibrosa, mas não rígida, apenas tecido muscular, com pequena proporção de tecido conjuntivo. Embalagem e Apresentação: Forma de Apresentação: Carne embalada em sacos plásticos ou a vácuo, em porções de 1 a 2 kg, devidamente rotuladas e seladas. Armazenamento: Congelada: -18C, com validade máxima de 90 dias, mantendo integridade e qualidade sensorial. Conservação: Produto não deve apresentar acúmulo de líquidos, gelo congelamento, excesso rotulagem ou queimaduras e de Informações Obrigatórias. Conformance exigências da ANVISA (RDC nº 259/2002) e MAPA. Exigências Legais e Conformidade com o PNAE: Produto deve estar livre de contaminantes microbiológicos e químicos, conforme RDC nº 331/2019 (ANVISA) e IN nº 60/2019 (MAPA). Proibido uso de aditivos, corantes ou conservantes em carne in natura.

Fornecedor : START SHOP GLOBAL LTDA - 37.912.727/0001-55

TOTAL GERAL DO PROCESSO			
Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 1.742.769,15	R\$ 1.993.335,39	12,5701 %	250.566,24

MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO

LICITANET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO LICITATÓRIO 84/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO do(a) MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026 referente à Fornecimento de água mineral para as secretarias da Prefeitura Municipal de Teixeiraópolis está fundamentada em várias considerações técnicas e operacionais que visam garantir a continuidade dos serviços públicos e a saúde da população., que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : 27.252.866 JEAN TALES DA COSTA SILVA - 27.252.866/0001-46

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
1	15.020,00	UND	KAIARY	200 ML.	R\$ 0,74	R\$ 11.114,8000	R\$ 1,21	R\$ 18.174,20	38,8429 %	R\$ 7.059,40
Descrição: COPO PLÁSTICO COM ÁGUA MINERAL 200ML: Copo plástico descartável contendo 200 ml de água mineral natural, própria para consumo humano. Fabricado em material plástico atóxico, adequado para contato com alimentos. Produto selado individualmente, garantindo higiene e integridade até o momento do uso. A água mineral proveniente de fonte autorizada, envasada conforme normas vigentes e em conformidade com a legislação da ANVISA. Indicado para uso em órgãos públicos, eventos, reuniões, unidades de saúde, escolas e demais ambientes institucionais.										
2	380,00	UND	OURO LEVE	OURO LEVE	R\$ 13,50	R\$ 5.130,0000	R\$ 19,97	R\$ 7.588,60	32,3985 %	R\$ 2.458,60
Descrição: GALÃO DÁGUA 20L: Galão contendo 20 litros de água mineral natural, própria para consumo humano. Acondicionado em recipiente retornável de polcarbonato ou material equivalente, atóxico e resistente, próprio para contato com alimentos. A água proveniente de fonte legalmente autorizada, envasada sob condições higiênico-sanitárias adequadas, em conformidade com a legislação vigente e normas da ANVISA. O galão possui lacre de segurança, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo.										
4	8.116,00	UND	PURAGUA	PURAGUA	R\$ 1,24	R\$ 10.063,8400	R\$ 2,82	R\$ 22.887,12	56,0283 %	R\$ 12.823,28
Descrição: GARRAFA DÁGUA 500ML: Garrafa contendo 500 ml de água Mineral natural, própria para consumo humano. Embalada em garrafa plástica descartável, fabricada em material atóxico, próprio para contato com alimentos. A água é proveniente de fonte legalmente autorizada, envasada sob condições higiênico-sanitárias adequadas, em conformidade com a legislação vigente e normas da ANVISA. Possui tampa rosqueável com lacre de segurança, assegurando a integridade do produto até o momento do consumo.										
5	2.574,00	UND	PURAGUA	PURAGUA	R\$ 2,05	R\$ 5.276,7000	R\$ 3,76	R\$ 9.678,24	45,4787 %	R\$ 4.401,54
Descrição: GARRAFA DÁGUA COM GÁS 500ML: Garrafa contendo 500 ml de água mineral natural com gás, própria para consumo humano. Embalada em garrafa plástica descartável, fabricada em material atóxico, próprio para contato com alimentos. A água proveniente de fonte legalmente autorizada, envasada sob condições higiênico-sanitárias adequadas, em conformidade com a legislação vigente e normas da ANVISA. Possui tampa rosqueável com lacre de segurança, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo. das, em conformidade com a legislação vigente e normas da ANVISA. Possui tampa rosqueável com lacre de segurança, garantindo a integridade do produto até o momento do consumo.										
					Subtotal Adjudicado: R\$ 31.585,34		Subtotal Orçado: R\$ 58.328,16	45,8489 %		R\$ 26.742,82

Fornecedor : CASTOR EVENTOS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - 49.975.935/0001-82

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
3	135,00	UND	WS	GL	R\$ 24,90	R\$ 3.361,5000	R\$ 28,63	R\$ 3.865,05	13,0282 %	R\$ 503,55
Descrição: GALÃO DAGUA 20L VAZIO: Galão vazio com capacidade para 20 litros, destinado ao acondicionamento de água para consumo humano. Fabricado em material atóxico e resistente (polcarbonato ou material equivalente), próprio para contato com alimentos. Recipiente retornável, adequado para uso em bebedouros e dispensers compatíveis. Atende às normas sanitárias vigentes, sendo indicado para órgãos públicos, empresas, unidades de saúde, escolas e demais ambientes institucionais.										
					Subtotal Adjudicado: R\$ 3.361,50		Subtotal Orçado: R\$ 3.865,05	13,0282 %		R\$ 503,55

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 34.946,84	R\$ 62.193,21	43,8092 %	27.246,37

Teixeirópolis-RO , 04 de Fevereiro de 2026

OSMY TOLEDO DE SOUZA
PREFEITO

Assine aqui

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS
ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL – SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 119/2026

O Agente de Contratação do Município de Teixeiraópolis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará, conforme os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto Municipal nº 198/2024, o **Pregão Eletrônico nº 005/2026**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL E INSUMOS ODONTOLÓGICOS**. A sessão pública de disputa de preços será realizada no dia **19/02/2026, às 08h30 (horário de Brasília)**. O valor estimado da contratação é de **R\$ 273.786,30** (duzentos e setenta e três mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta centavos). O edital está disponível nos sites: https://athus4.teixeiropolis.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/ e www.licitanet.com.br, bem como na sala do Departamento de Contratações ou mediante solicitação por e-mail, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h. **Demais informações** podem ser obtidas pelo telefone (69) 99368-2499, pelo e-mail cpl@teixeiropolis.ro.gov.br ou presencialmente, na Prefeitura de Teixeiraópolis, sala do Departamento de Compras.

Teixeirópolis-RO, 04 de fevereiro de 2026.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria N: 0113/2025

ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVA
BRASILÂNDIA D'OESTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026
Processo Nº 617/2025– Pregão Eletrônico Nº 19/2025

1. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO
CNPJ Nº 15.884.109/0001-06, com sede à Rua Riachuelo, nº 2552, Setor 14, CEP: 76.958-000, Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

2. FORNECEDOR: AJA 7 EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 34.759.745/0001-50
ENDEREÇO: AV DOS IMIGRANTES, NÚMERO 753, BAIRRO SERINGAL, MUNICIPIO DE PIMENTA BUENO/RO – CEP: 76.970-000
NOME DO(A) REPRESENTANTE: JOSIANE MARCELINO DE AQUINO
CPF/MF: 049. ***. ***.99

3. DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto Aquisição de tubos de concreto e aduelas pré-moldadas, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por meio do procedimento de REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I [do edital de Licitação modalidade Pregão nº 19/2025], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

4. VALOR HOMOLOGADO: R\$ 416.160,00 (quatrocentos e dezesseis mil e cento e sessenta reais).

5. VALIDADE DO REGISTRO
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
A publicação da Ata na íntegra encontra-se no endereço eletrônico:
<http://transparencia.novabrasilandia.ro.gov.br>

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 04 de fevereiro de 2026.

ABIMAEAL ALONSO ARANDA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Portaria nº 002/GP/2025

Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste

Este documento foi assinado digitalmente por ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 04/02/2026 - 11:35, e pode ser validado pelo QR Code ao lado e ou pelo link: <https://sigapmvbrasilandia.lxistemas.com.br/documento/documentoAssinado/128647>. Folha 1 de 1

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE COSTA MARQUES****CONTRATO DE RATEIO Nº 010/2026**

ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL COSTA MARQUES-RO** E O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA – CINDERONDÔNIA**, OBJETIVANDO A ENTREGA DE RECURSO FINANCEIRO PARA FUNCIONAMENTO E EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DO CONSÓRCIO, **PARA O EXERCÍCIO DE 2026**.

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE RATEIO**, a teor das disposições constantes do **CONTRATO DE CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA - CINDERONDÔNIA**, decorrente da ratificação por Lei pelos entes consorciados, consolidação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, de um lado, **MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES/RO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ de nº 04.100.020/0001-95 com endereço na Avenida Chianca, nº 1381 - Centro, representado pelo Senhor **Prefeito Fabiomar Agostini Bento** inscrito no CPF de nº ***.251.662-**, residente no município de Costa Marques/RO, doravante denominado **CONSORCIADO** e, de outro, **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA - CINDERONDÔNIA**, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob nº 47.615.394/0001-56 com sede na Avenida Afonso Pena, nº 1706, Bairro Nossa Senhora das Graças, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo **Presidente Jurandir de Oliveira Araújo**, Prefeito Municipal de Santa Luzia do Oeste/RO, inscrito no CPF de nº ***.728.841-**, ao final assinado, doravante denominado **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1.O presente CONTRATO DE RATEIO tem como fundamento o art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, ratificado pela Lei Municipal nº 1.019/2022, Contrato de Consórcio Público, Resolução nº 007/CINDERONDÔNIA/2025, bem como demais cláusulas, condições e normativas pertinentes à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui-se como objeto de **CONTRATO DE RATEIO** a definição de obrigações e critério para realização da entrega de recurso financeiro de responsabilidade do **ENTE CONSORCIADO** em favor consórcio público **CINDERONDÔNIA**, para fins de subsidiar as despesas de pessoal, corrente e de capital para manutenção do consórcio, relativas ao exercício financeiro de 2026.

2.2. Consideram-se despesas do consórcio, entre outras:

I - Despesas para manutenção geral da estrutura funcional do CINDERONDÔNIA, compreendidos na Resolução nº 08/CINDERONDÔNIA/2025;

II - Despesas com a execução das metas de planejamento anual do consórcio, previsto na Resolução 002/2022, a qual será dado continuidade no exercício de 2026;

III - Despesas de execução dos objetivos e das finalidades do consórcio, previsto no Protocolo de Intenções convertido em contrato e consórcio público, em especial nas áreas de compras compartilhadas e na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, para captação de recursos e realizações de ações integradas para desenvolvimento no âmbito estadual e federal, bem como eficiência energética;

V - Despesas com pessoal, incluindo todos os encargos previstos na legislação trabalhista, fiscais, previdenciário;

VI - Despesas de custeio com plataforma eletrônica do Diário Oficial dos Municípios do CINDERONDÔNIA em prol dos entes consorciados, e bem como as publicações do consórcio na imprensa oficial nos âmbitos estadual e federal;

VII - Despesas de custeio de todas as ações necessárias a serem implementadas para gestão compartilhada; e

VIII - Despesas para representar os entes consorciados em articulações que visem parcerias e defesa de seus interesses para o desenvolvimento do Estado e das regiões.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DE RATEIO

3.1. O CONSORCIADO entregará ao CONSÓRCIO, para o exercício financeiro de 2026, o valor global de **R\$ 221.769,00** (duzentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta e nove reais) em parcela única ou em 12 (doze) parcelas mensais de **R\$ 18.480,75** (dezoito mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos) dentro do exercício.

3.2. Os valores de rateio para o exercício de 2026 constantes da Resolução nº 007/CINDERONDÔNIA/2025, foram aprovados em Assembleia Geral do consórcio e devidamente publicadas no Diário Oficial do CINDERONDÔNIA (DOM).

3.3. Os valores do rateio mensais serão devidos e repassados, mensalmente, **de janeiro a dezembro de 2026**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONSORCIADO se compromete a efetuar o pagamento do rateio ao CONSÓRCIO, **impreterivelmente, até o dia 25 de cada mês**.

4.2. A metodologia de pagamento será **via BOLETO BANCÁRIO emitido pelo consórcio, contendo a identificação completa deste destinatário**, de titularidade do CINDERONDÔNIA, no Banco do Brasil - CNPJ nº 47.615.394/0001-56.

4.3. Havendo vencimento do boleto bancário sem o devido pagamento por motivos alheios e justificáveis, o Ente consorciado formalizará junto ao consórcio pedido para emissão de novo boleto, para pagamento, preferencialmente, dentro do mês de competência.

4.4. A não observância do prazo de pagamento do boleto bancário ensejará automaticamente em juros e multa, conforme previsto na cláusula décima deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS IMPOSTOS

5.1. Os tributos recolhidos pelo CONSÓRCIO serão distribuídos da seguinte forma:

I - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, fruto do objeto deste contrato será devido ao ente consorciado onde for prestado o serviço, de fato, conforme preconiza a Lei n. 116/2003 e art. 158, inciso I da Constituição Federal; e

II - O Imposto de Renda retido na fonte – IRRF será retido pelo presente Consórcio, contabilizado como receita própria, desde que aprovado em assembleia geral do consórcio, e as informações financeiras respectivas deverão ser prestadas a todos os entes consorciados para fins de consolidação em suas prestações de contas, nos termos do disposto no art. 17 do Decreto 6.017/2007.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E DEVERES

6.1. São obrigações do **CONSORCIADO**:

I – O CONSORCIADO se obriga a entregar ao CONSÓRCIO recursos financeiros decorrentes deste contrato, fixados pela Resolução nº 007/CINDERONDÔNIA/2025;

II - Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO DE RATEIO, quando na condição de adimplente;

III - Os valores a serem entregues a título de rateio, deverão ser repassados em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, na forma da cláusula quarta deste contrato;

IV - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste contrato de rateio, conforme previsto neste instrumento;

V - Manter a disponibilidade orçamentária e financeira adequada e em conformidade com a LRF e com o decreto Lei nº 4.320/64;

VI - Caso haja necessidade de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do instrumento celebrado, este poderá ser alterado, mediante deliberação e aprovação em assembleia geral, devidamente formalizado por meio de termo aditivo;

VII - Acompanhar os trabalhos do CONSÓRCIO, mediante recebimento de informações previamente solicitadas, e inclusive as atividades desenvolvidas;

VIII - Participar das reuniões e sessões oficiais (assembleias) convocadas pelo consórcio CINDERONDÔNIA; e

IX - Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial neste Contrato de Rateio.

6.2. São obrigações do **CONSÓRCIO**:

I - Aplicar os recursos transferidos do CONSORCIADO, oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos e finalidades no Protocolo de Intenções convertido em contrato de consórcio público ratificado pelo ente consorciado, que instituiu o CONSÓRCIO;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de contabilidade pública, bem como de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas e os demais mandamentos infraconstitucionais e bem como as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

III - Fornecer ao CONSORCIADO as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude do presente contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado, em conformidade com a Lei de Responsabilidade fiscal;

IV - Aplicar os recursos financeiros repassados ao CINDERONDÔNIA em fundos de aplicação financeira de curto prazo, enquanto não empregados na sua finalidade, devendo os resultados serem utilizados integralmente no objeto deste Contrato;

V - Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente contrato, bem como zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições;

VI - Informar ao CONSORCIADO, demonstrativo geral das receitas e despesas realizadas, bem como saldo bancário, dos recursos repassados pelo presente

contrato de rateio, nos termos do art. 12 da Portaria do STN nº274; e

VII - Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA

7.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público, Atas de deliberações da Assembleia Geral e resoluções.

7.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, do representante do CONSORCIADO, da Casa Legislativa do Ente consorciado e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

7.3. Quanto ao presente contrato, o CONSÓRCIO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

CLÁUSULA OITAVA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações orçamentárias do CONSORCIADO, que para o exercício financeiro 2026, deverão estar consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual do Ente Consorciado ou crédito adicional no montante proporcional ao seu rateio, sob pena de aplicar o art. 8 § 5º da Lei 11.107/2005:

Denominação	Valor
Rateio de Participação em Consórcio Público (despesa pessoal)	R\$ 14.784,60
Rateio pela participação em Consórcio Público (manutenção)	R\$ 3.696,15
Total mensal	R\$ 18.480,75

8.2. Vedada a celebração do presente Contrato de Rateio do Consórcio Público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas, configurando ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV da Lei Federal nº 8.429/92 (lei de ato de improbidade administrativa).

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. Para o efeito deste Contrato de Rateio, a vigência inicia a partir de **01 de janeiro de 2026 e termina em 31 de dezembro de 2026**, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira de cada ente consorciado e nunca superior às dotações que o suportam.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONSORCIADO que estiver inadimplente por mais de 60 (sessenta) dias com o CONSÓRCIO será notificado extrajudicialmente, para que regularize a situação no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da notificação, sob pena de suspensão dos serviços e atividades disponibilizadas até a regularização do pagamento.

10.2. O descumprimento da obrigação, sem prévia justificativa, poderá ensejar aplicação de multa de 2% sobre o valor da parcela inadimplente e cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em contrato de consórcio público e/ou estatuto social do consórcio.

10.3. Eventuais solicitações de descontos e/ou isenção das multas e juros de mora deverão ser formalizadas pelo Chefe do Poder Executivo do Ente consorciado, contendo justificativas plausíveis, as quais serão analisadas, previamente, pela Diretoria Executiva e, posteriormente, submetidas à deliberação em assembleia geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento estará sujeita a penalidades cabíveis na Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente instrumento poderá ser rescindido, nas seguintes situações:

- Descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto do contrato de rateio;
- Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível; e
- Por ato unilateral com comprovada motivação jurídica e /ou legal, ou por vontade das partes, devendo ser comunicadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações assumidas neste contrato de rateio, proporcionais aos serviços já prestados pelo consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na Legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-



EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA- MODALIDADE URBANA MCMV FNHIS SUB 50.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO URBANA –CMHU do Município de Castanheiras, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Portaria MCID nº 488, de 19 de maio de 2025 (versão compilada), Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, Portaria MCID nº 738, de 22 de julho de 2024, e Portaria Conjunta MCID/MDHC/MDS nº 4, de 20 de março de 2025, torna público o presente Edital de Convocação para INSCRIÇÃO cadastrais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, observadas as condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto convocar famílias interessadas em participar do processo de seleção para unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida- Modalidade Urbana, mediante inscrição no Cadastro Habitacional Municipal.

1.2 Para Proposta nº 5600000595/2024 serão contempladas 17 (dezesete) famílias, sendo selecionadas ainda 6 (seis) famílias suplentes, em conformidade com o disposto no art. 16 da Portaria MSID Nº 738 de 22 de Julho de 2024.

1.3 Para a proposta nº 040793/2025, serão contemplados 20 (vinte) famílias, sendo selecionadas 7 famílias suplentes, nos termos do art. 16 da Portaria MSID Nº 738 de 22 de Julho de 2024.

1.4 O empreendimento habitacional é composto por unidades com área útil de 70,00 m², contendo 02 (dois) quartos, sala e cozinha conjugadas, lavanderia, varanda e banheiro, localizado na Rua V9, Castanheiras/RO.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente de forma online, por meio eletrônico, no endereço (cadastrabitacional.castanheiras.ro.gov.br), o qual estará disponível a partir da data de início das inscrições.

2.2 O período de inscrições terá início em 10 de Fevereiro de 2026, permanecendo aberto até 25 de Fevereiro de 2026, perfazendo o total de 15 (quinze) dias corridos para a realização das inscrições.

2.3 Fica expressamente vedada a alteração de dados após a efetivação da inscrição, uma vez que o presente Edital não disponibilizará opção de retificação, devendo os interessados adotar máxima cautela no preenchimento do formulário de inscrição.

2.4 Somente poderão participar do processo seletivo as famílias que realizarem a inscrição em estrita observância às regras estabelecidas neste Edital.

2.5 É obrigatória a inscrição e a atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, sendo exigido que os dados cadastrais estejam atualizados, não podendo a última atualização ser superior a 24 (vinte e quatro) meses, para fins de enquadramento neste processo seletivo, a inscrição no CadÚnico deve estar efetivada até a data da publicação do presente Edital.

2.6 Durante o período de inscrições e fase documental, haverá equipe designada para o atendimento presencial, com a finalidade de prestar esclarecimentos, orientar os interessados e sanar eventuais dúvidas relacionadas a inscrição.

2.7 O atendimento será realizado no endereço: Av. Jacarandá, nº 100 - Centro, Castanheiras - RO, 76948-000 – Prefeitura de Castanheiras, no horário das 7h30 às 13h30 de segunda-feira a sexta-feira, durante todo o período destinado ao cadastramento.

3. DA FASE DE PRÉ-CADASTRO E ANÁLISE INICIAL

3.1 O presente Edital institui fase de pré-cadastro, de caráter eliminatório e classificatório, destinada à verificação do cumprimento dos requisitos mínimos de participação e à pontuação dos critérios estabelecidos, com o objetivo de selecionar os candidatos aptos à etapa subsequente do certame.

3.2 O pré-cadastro será realizado por meio de sistema eletrônico, no qual o interessado deverá preencher integralmente as informações solicitadas e posteriormente caso selecionado para a fase seguinte, fornecer os documentos comprobatórios exigidos, sob pena de indeferimento da inscrição.

3.3 Os critérios de pontuação possuirão natureza cumulativa, sendo atribuída maior pontuação aos candidatos que comprovarem o atendimento ao maior número de critérios previstos neste Edital.

3.4 Ao final da pré-análise automatizada realizada pelo sistema, os candidatos mais bem pontuados serão classificados para a fase seguinte.

3.5 Após as inscrições, será publicado no diário oficial a lista nominal da pré-seleção, realizada pelo sistema com base nos dados informados pelos candidatos no ato do cadastro, de acordo com soma de critérios, serão selecionados as famílias para a etapa posterior, onde deverão apresentar as documentações para análise detalhada.

3.6 A Comissão poderá solicitar a complementação de documentos, indeferir cadastros que apresentem informações inconsistentes ou inverídicas e proceder à reclassificação dos candidatos do cadastro reserva, quando constatadas irregularidades, devendo publicar, no prazo de até 15 (quinze) dias, a relação dos cadastros selecionados que serão encaminhados para fins de classificação pela Caixa Econômica Federal, (tendo o RG como documento obrigatório atualizado) uma vez que contemplado somente terá o contrato assinado com o respectivo documento.

4. DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

4.1 Para fins de definição das famílias candidatas a beneficiárias, serão observados, obrigatoriamente, os critérios de elegibilidade dispostos no art. 9º da Portaria MCID nº 738, de 22 de julho de 2024.

4.2 Constituem condições de elegibilidade:

I – Possuir renda bruta familiar mensal enquadrada na Faixa Urbano 1, de até R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), conforme Portaria MCID nº 786, de 01 de agosto de 2024;

II – Não estar inserido nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023;

III – Não ter sido atendido anteriormente por programa habitacional federal, estadual ou municipal, quando o benefício concedido se tratar de unidade habitacional completa, nem ser proprietário de imóvel urbano ou rural;

IV – Integrar o déficit habitacional local, comprovado por meio de ateste do ente público local e das informações constantes no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

V –Estar residindo no Município de Castanheiras-RO nos últimos 2 (dois) anos.

4.3 Para fins de caracterização do déficit habitacional referido no inciso IV do item 4.2, a família deverá atender, no mínimo, a uma das seguintes condições:

I – Viver em habitação precária, caracterizada por domicílio cuja parede não seja de alvenaria ou de madeira aparelhada, ou domicílio particular improvisado;

II – Encontrar-se em situação de coabitação, caracterizada pela convivência de mais de uma família no mesmo domicílio, com intenção de constituir domicílio exclusivo, comprovada por autodeclaração;

III – Encontrar-se em situação de adensamento excessivo em domicílio alugado, caracterizado pelo número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório;

IV – Encontrar-se em situação de ônus excessivo com aluguel, caracterizado pelo comprometimento de mais de 30% (trinta por cento) da renda familiar mensal com o pagamento de aluguel, comprovado por contrato ou recibo;

V – Encontrar-se em situação de rua ou com trajetória de rua, comprovada por meio de declaração emitida pelo município.

4.4 Estando enquadrado em qualquer das condições previstas no item 4.3, o pretendente deverá assinalar o campo específico no sistema eletrônico de inscrição.

4.5 O não enquadramento da família em pelo menos uma das condições obrigatórias de déficit habitacional impedirá sua participação no processo de hierarquização.

5. DOS CRITÉRIOS DE HIERARQUIZAÇÃO

5.1 Das famílias que atenderem às condições de elegibilidade previstas no item 4, a entidade responsável realizará a hierarquização por meio de sistema eletrônico, priorizando aquelas que se enquadrarem no maior número de critérios abaixo indicados:

I – Mulher na condição de responsável pela unidade familiar, declarada no CadÚnico;

II – Pessoa negra na composição familiar, declarada no CadÚnico;

III – Pessoa com deficiência na composição familiar, comprovada por avaliação biopsicossocial, nos termos da legislação vigente;

IV – Idoso na composição familiar, comprovado por documento civil;

V – Criança ou adolescente na composição familiar, comprovado por certidão de nascimento, guarda ou tutela;

VI – Pessoa com câncer ou doença rara crônica e degenerativa na composição familiar, comprovada por laudo médico;

VII – Mulher vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

VIII – Integrantes de povos indígenas ou comunidades quilombolas, declarados no CadÚnico;

IX – Residentes em área de risco de deslizamentos, inundações ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, comprovados por laudo técnico;

X – Pessoas ou famílias em situação de rua ou com trajetória de rua, comprovada por declaração emitida pelo município;

XI – Beneficiário cujo contrato habitacional tenha sido distratado ou rescindido

involuntariamente, conforme normativo específico.

5.2 Considera-se distrato ou rescisão involuntária aquela ocorrida por iniciativa do ente público, sem cumprimento do objeto contratual.

5.3 Os beneficiários enquadrados na hipótese do inciso XI deverão realizar cadastro presencial, munidos da documentação comprobatória.

5.4 Será publicada relação hierarquizada contendo os critérios e pontuações dos selecionados, em número correspondente ao total de unidades habitacionais, acrescido de 100% (cem por cento) de suplentes.

5.5 A autenticidade da documentação apresentada será verificada pela entidade responsável.

5.6 Após a verificação da pontuação, poderá ser realizada reclassificação entre os candidatos já publicados.

5.7 Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate a maior idade do titular do cadastro.

6. DAS RESERVAS LEGAIS

6.1 Serão observadas as seguintes reservas legais mínimas:

I – Reserva de 50% (cinquenta por cento) das unidades habitacionais para beneficiários em situação de risco e vulnerabilidade social, caracterizada pelo atendimento por meio do Programa Bolsa Família – PBF, Benefício de Prestação Continuada – BPC, ou presença de pessoa com microcefalia na composição familiar, conforme Lei nº 13.985, de 07 de abril de 2020, ou outros programas que venham a substituí-los;

II – Reserva mínima de 3% (três por cento) das unidades habitacionais para cada uma das seguintes categorias:

a) Pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, observada a prioridade especial prevista no art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

b) Pessoas com deficiência, observada a prioridade especial prevista nos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

6.2 As reservas legais serão observadas no momento da seleção e designação das unidades habitacionais, respeitada a ordem de hierarquização e o enquadramento final realizado pela instituição financeira responsável.

7. DO ENQUADRAMENTO E DA SELEÇÃO FINAL

7.1 A seleção definitiva das famílias ficará condicionada à pesquisa de enquadramento realizada pela instituição financeira responsável, nos termos da Portaria MCID nº 738, de 22 de julho de 2024.

7.2 Os candidatos classificados como incompatíveis poderão ser orientados a regularizar a situação que ensejou a incompatibilidade, quando possível, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da divulgação do resultado do enquadramento.

7.3 O sistema eletrônico disponibilizará aos candidatos selecionados as informações relativas à localização da unidade habitacional, incluindo quadra e lote, sendo a designação da moradia realizada exclusivamente pelo sistema, vedada a escolha discricionária pelo beneficiário.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato.

8.2 A prestação de informações falsas implicará exclusão do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

3.3 A inscrição implica aceitação integral das disposições deste Edital.

8.4 O presente Edital será publicado nos meios oficiais do Município de Castanheiras.

8.5 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Castanheiras/RO, 15 de Janeiro de 2026.

Comissão Municipal de Habitação Urbana – CMHU

Documento assinado digitalmente
NATÁLIA ROSEIRA CAETANO
Data: 04/02/2026 11:05:47-0300
Verifique em https://validar.jr.gov.br/

Documento assinado digitalmente
ADRIANE BRANCO DOS SANTOS
Data: 04/02/2026 11:05:47-0300
Verifique em https://validar.jr.gov.br/

Documento assinado digitalmente
FERNANDA MIRANDA FERNANDES
Data: 04/02/2026 11:24:13-0300
Verifique em https://validar.jr.gov.br/